

Educação, a prioridade

De tanto ser repetida, a frase acaba perdendo a força. Mas é sempre bom enfatizar que o principal problema do Brasil é o da educação. Entra ano, sai ano, entra governo, sai governo, o problema continua na ordem do dia. Não se trata apenas de responsabilidade de governos, mas de toda a sociedade, imprensa incluída. E é por esse motivo que o Jornal de Brasília começa, a partir de hoje, a publicar uma página diária dedicada a todos os aspectos da educação no País - desde a questão da qualidade, evasão escolar, construção de unidades, gestão da escola pública e particular, salários dos professores, merenda, livro didático, novas tecnologias. Enfim, uma contribuição positiva ao esforço nacional para tornar as novas gerações, principalmente, aptas a administrar amanhã uma nação de crescente importância interna e internacional.

Sendo problema estrutural, que se acumulou ao longo do tempo, a educação está sendo favorecida nos dias de hoje pela notável contribuição das novas tecnologias. Os próprios jornais oferecem hoje aos leitores suplementos, encartes e até enciclopédias em fascículos, numa iniciativa impen-sável há algumas décadas pelo alto custo desses investimentos. Por sua vez, a telecomunicação também oferece novos recursos para que as salas de aula, os alunos e os professores possam se beneficiar cada vez mais de informações atualizadas em todos os campos do conhecimento humano.

O governo FHC, justiça seja feita, tem procurado alçar o assunto educacional ao nível de prioridade nacional, não fosse o Presidente da República, antes de tudo, um sociólogo e professor. O MEC tem passado por uma sacudida em seus métodos de administração educacional, muito embora ainda persistam problemas sérios, porque a estrutura da educação no Brasil deposita sobre estados e, principalmente, municípios pobres algumas responsabilidades e custos financeiros que eles não estão capacitados a enfrentar.

Neste mundo contemporâneo, em que os meios de comunicação funcionam como verdadeiro sistema nervoso das sociedades, é preciso que se desenvolva amplamente uma consciência de responsabilidade social em matéria de educação e cultura, dos leitores e telespectadores. Ressalte-se, a propósito, que a Associação Nacional de Jornais (ANJ) tem um comitê exclusivamente para promover a disseminação da leitura de jornais nas salas de aula, formando novos leitores. Emissoras privadas de televisão também oferecem cursos regulares, fazendo da teleeducação instrumento importante da cultura de massas. E a Constituição determina a vinculação obrigatória de recursos dos orçamentos públicos para investimento em educação. Só assim, a exemplo de nações mais desenvolvidas, poderá o Brasil alcançar o estágio de desenvolvimento material, cultural e social que o seu povo está a merecer.